

## O DISPENSÁRIO EPITÁCIO PESSOA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE NA PARAÍBA DO NORTE (1923-1933)

THE DISPENSARY EPITÁCIO PESSOA AND THE INSTITUTIONALIZATION OF THE FIGHT AGAINST TUBERCULOSIS IN PARAÍBA DO NORTE (1923-1933)

Edna Maria Nóbrega Araújo\*  
ednanobrega06@gmail.com

Rafael Nóbrega Araújo\*\*  
rafael.nobreg.araujo@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo investiga o processo de instalação e atuação do Dispensário Epitácio Pessoa na cidade da Paraíba do Norte, atual João Pessoa, ao longo de uma década de funcionamento. Consoante o processo de reforma sanitária em âmbito nacional, a constituição desse serviço se configurou na tomada por parte do Estado do papel na luta contra a tuberculose, representando a institucionalização do primeiro serviço de profilaxia da tísica na Paraíba. Sua instalação teve grande reverberação pela imprensa paraibana oficial. Ao mesmo tempo, em que se chamava a atenção para o problema da tuberculose, cuja mortalidade ascendia a cada ano, os artigos de médicos e jornalistas buscavam por um lado instruir a população para as formas de impedir o contágio e de outro divulgar os serviços realizados pelo Dispensário contra a Tuberculose.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da tuberculose; Profilaxia; Saúde pública.

**ABSTRACT:** This article investigates the process of organization and performance of the Epitácio Pessoa's Dispensary in the city of Paraíba do Norte, currently João Pessoa, over a decade in which it was in operation. Depending on the health reform process at the national level, the constitution of this service was configured in the State's assumption of the role in the fight against tuberculosis, representing the institutionalization of the first consumption prophylaxis service in Paraíba. Its installation had great reverberation by the official press of Paraíba. At the same time that attention was drawn to the problem of tuberculosis, whose mortality increased every year, the articles by doctors and journalists sought on the one hand, to instruct the population on ways to prevent the contagion and by the other spread the services performed by the Dispensary against Tuberculosis.

**KEYWORDS:** History of tuberculosis; Prophylaxy; Public health.

### *Introdução*

O presente artigo tem como objetivo analisar a instalação e atuação do Dispensário Epitácio Pessoa, inaugurado em 3 de dezembro de 1923, na cidade da Paraíba do Norte<sup>1</sup>, ao longo de uma década de funcionamento. No decorrer do texto procuramos discutir a maneira como se institucionalizaram as primeiras políticas de saúde pública no combate à

---

\* Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

\*\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>1</sup> Até 1930 a cidade chamava-se Parahyba do Norte, grafada com “hy”, mas com o assassinato do Presidente João Pessoa e toda a construção política em torno do acontecimento que foi estrategicamente relacionado com a chamada “Revolução” de 1930, o nome da cidade foi modificado em homenagem ao político. Para manter o padrão normativo da Língua Portuguesa, optamos por atualizar e converter toda a ortografia de época.

tuberculose na cidade da Paraíba do Norte a partir de uma perspectiva histórica com ênfase às relações de poder peculiares à medicina como um conjunto de recursos normalizadores constituintes da modernidade, cujo discurso se volta para a constituição de dispositivos disciplinares que almejavam controlar os indivíduos e seus corpos (HOCHMAN; ARMUS, 2004, p. 15; FOUCAULT, 2013).

Em consonância com o processo de reforma sanitária e da campanha pelo saneamento em âmbito nacional, a constituição desse serviço se configurou na tomada por parte do Estado do papel na luta contra a tuberculose, representando a institucionalização do primeiro serviço de profilaxia da tísica na Paraíba. A tuberculose era a doença que mais contribuía para as cifras obituárias não apenas na cidade da Paraíba do Norte, como em outras cidades do Brasil e do mundo, e exigia medidas imediatas por parte das ações governamentais.

Compreendemos que a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920, durante o governo do Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), se constituiu como importante fator para a implantação de medidas mais efetivas para o controle dessa doença. No bojo da reforma sanitária brasileira, o Estado passou a assumir a questão da tuberculose mediante a criação de novos órgãos subordinados ao DNSP, na tentativa de enfrentar os problemas de saúde diagnosticados como mais relevantes. Entre estes órgãos, encontrava-se a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose (IPT), criada em 1921.

No entanto, constatamos que a instalação do Dispensário Epitácio Pessoa não advinha pura e simplesmente de uma pretensa sensibilização dos governantes para com as condições de saúde da população e a propagação da tuberculose, mas verificamos que a constituição desse serviço de saúde pública, por meio do teatro político, tinha a intenção de fabricar imagens que pudessem perpetuar o caráter realizador dos governantes, reforçando tanto a qualidade de sua imagem pública quanto de suas obras (BALANDIER, 1982). O mesmo se poderia dizer dos médicos.

#### *Atendendo aos desejos do ex-Presidente*

O fato da criação do DNSP e da IPT ter se dado durante a gestão de um paraibano na Presidência da República não poderia passar despercebido pela imprensa local, que logo

tratou de enaltecer os feitos no campo da saúde pública efetuados durante o governo de Epitácio Pessoa. Em artigo publicado em 25 de maio de 1923 no jornal *A União*, o colunista Júlio Lyra anunciava a futura construção do Dispensário de Tuberculose na Paraíba, destacando que a consecução de tal empreendimento sanitário em prol das vítimas do bacilo de Koch no estado era resultado do plano de saneamento do país e descrevendo a importância que tal serviço teria, haja vista Lyra registrar que, segundo a Repartição de Higiene, dos doentes que procuravam algum atendimento médico, 50% eram tuberculosos.

O colunista do jornal *A União* também enfatizava as vinculações políticas e as relações de poder manifestadas na construção do dispensário, afirmando que:

O atual chefe do serviço federal de saúde pública neste Estado, o dr. Antônio Peryassú, quer dotar esta capital de um dispensário de tuberculose, como dependência da repartição que superintende com um notável descortino. Quer s.s. atender, assim, os desejos do ex-presidente da República, do sr. dr. Solon de Lucena e, especialmente, às aspirações, às necessidades dessa terra.” (A UNIÃO, 25 maio 1923)

Não era por coincidência que o jornal *A União*<sup>2</sup> noticiava a instalação do Dispensário de Tuberculose na cidade da Paraíba do Norte, capital do estado. Ao anunciar que a inauguração do futuro dispensário atendia aos desejos do ex-presidente Epitácio Pessoa e do então Presidente do Estado, Solon de Lucena, o jornal indicava que a oligarquia epitacista<sup>3</sup>, que dominou o poder político-oligárquico paraibano, de forma praticamente inconteste, entre 1912 e 1930, atendia às “aspirações” e às “necessidades” da Paraíba. Mesmo que orientação científica e, portanto, pretensamente “neutra” do chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba indicasse a necessidade de construção do dispensário, este acontecimento aparentemente desprovido de interesses políticos refletia a dinâmica do poder oligárquico que imperava no estado.

Em outro artigo dedicado a divulgar as realizações do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural na Paraíba, publicado pela revista *Era Nova*, folhetim de caráter literário e

<sup>2</sup> Esse periódico de caráter oficial foi fundado em 1893, pelo então Presidente do Estado, Álvaro Lopes Machado (1892-1893), e tinha como função precípua ser o porta-voz do Partido Republicano, apoiando a gestão do seu fundador à frente do executivo estadual (ARAÚJO, 1986, p. 41; 255).

<sup>3</sup> A forte identificação entre os partidos políticos e a chefia, refletia-se na personificação da figura do chefe no partido. Assim, a nomenclatura dos partidos estava associada à coligação de parentelas de maior destaque. Dessa forma, a coligação oligárquica representada pelo Partido Republicano Conservador da Paraíba, a partir de 1912, o início do período de dominação do grupo político liderado por Epitácio Pessoa, recebia o nome de seu chefe, sendo identificada como *epitacista* (GURJÃO, 2020, p. 98).

noticioso, também editado pela Imprensa Oficial, cujo editorial visava propagar os preceitos de uma sociedade dita moderna e civilizada, se registrava que:

A Paraíba, graças ao atual governo da Republica, tem sido aquinhoada de benefícios que lhe vão resgatando de um longo passado de abandono em que viveu, por assim dizer, à parte da comunhão constitucional, menos para os ônus fiscais. São inestimáveis os melhoramentos introduzidos e outros tantos em via de realização. (ERA NOVA, 26 mar. 1922)

Assim como o conteúdo do artigo veiculado pelo jornal *A União*, o artigo da revista indicava o “espírito patriótico” engajado na campanha pelo saneamento, registrava a aparente preocupação do governo estadual em relação aos problemas sanitários e reforçava o prestígio político do seu líder oligárquico como benfeitor da Paraíba. Para as elites paraibanas, a presidência de Epitácio significava mais do que o aumento de verbas e obras para o estado, representava também a crescente expectativa em torno de melhores condições de vida, notadamente melhor saúde e boa educação, melhoramentos urbanos e infraestrutura para as principais cidades da Paraíba (SOARES JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020).

Entre 1912 e 1915, Epitácio Pessoa assegurou o controle incontroverso da oligarquia estadual por meio de vitórias eleitorais que permitiram à sua facção controlar a delegação ao Congresso e à Assembleia, mantendo no plano federal um bom relacionamento com o presidente Hermes da Fonseca e seu sucessor Wenceslau Brás, permitindo com que nos seis anos como senador antes de sua indicação para presidente, continuasse a ancorar firmemente na capital federal sua ordem oligárquica (LEWIN, 1993, p. 271). O governo do seu aliado Solon de Lucena (1920-1924) coincidiu com o apogeu do epitacismo na Paraíba e foi favorecido pela presença de Epitácio Pessoa na presidência da República, que injetou uma grande quantidade de verbas para obras contra as secas e para a construção do porto do Capim, no Varadouro, proporcionando à Paraíba um clima de grande euforia, juntamente com o aumento considerável das rendas do estado com o incremento das exportações, especialmente, do algodão, cujos recursos foram utilizados para beneficiar as oligarquias e reforçar o seu poder (GURJÃO, 2020, p. 55; 102-103). Foi durante o seu governo que a Paraíba aderiu ao acordo federal para a instalação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural para o combate às endemias rurais, especialmente a febre amarela e o impaludismo, bem como a profilaxia da lepra e das doenças venéreas, mediante

o contrato firmado em 13 de dezembro de 1920 (ARAÚJO, 2016, p. 261; ARAÚJO, 2021, p. 66; A UNIÃO, 26 jan. 1921, p. 1).

*Breviário da tuberculose no Brasil nas primeiras décadas do século XX*

Na virada do século XIX para o século XX, a tuberculose tornara-se indiscutivelmente um flagelo social, cuja ocorrência e propagação estavam estreitamente ligadas às condições de vida e trabalho da população (RIBEIRO, 1993, p. 128). Ainda assim, o foco de atenção das autoridades sanitárias priorizou o combate a doenças como a peste, a varíola e a febre amarela em detrimento da tuberculose, muito embora se estime que, entre 1850 e 1920, a doença causada pelo bacilo de Koch tenha matado muito mais que qualquer doença epidêmica, e isto porque “A tuberculose, porém, parecia atacar indiferentemente brancos e negros, nacionais e estrangeiros e, desculpa suprema, era doença extremamente grave até mesmo em Paris, o que nos exímia de qualquer culpa por abrigar a peste.” (CHALHOUB, 2017, p. 36; 66).

Apesar do problema de a tuberculose ganhar espaço no discurso oficial, poucas foram às tentativas de enfrentamento da tuberculose em âmbito governamental, embora sem resultados práticos, ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Assim, para Dilene Raimundo do Nascimento “a tuberculose não logrou tornar-se uma questão de emergência para o Estado brasileiro na primeira década do século XX.” (NASCIMENTO, 2005, p. 56). Bertolli Filho aponta no mesmo sentido, ao constatar que, embora fosse reconhecida como uma das patologias que mais ceifava vidas nas cidades, esse fator não foi elemento suficiente para motivar os administradores da Primeira República a elaborar dispositivos e mecanismos de combate à moléstia.

[...] diferentemente das demais enfermidades que assolavam as cidades, a tísica não contou com as atenções e os recursos oficiais, fazendo com que a sociedade assumisse as tarefas de criação e de patrocínio das instituições que tinham o objetivo de prevenir o contágio e amparar os tuberculosos pobres. (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 61)

No final do século XIX surgiu por parte da iniciativa de associações médicas a criação de Ligas contra a Tuberculose em diversos entes federativos, de norte a sul do Brasil. Estas Ligas se configuravam como entidades filantrópicas que inauguraram a primeira política de controle da tuberculose no país e implantaram as primeiras unidades sanitárias para o

atendimento de doentes com tuberculose. Conforme Cleuza Panisset Ornellas, a República consagrou os ideais positivistas de ordenamento da sociedade e conjuntamente “o entendimento de que, para manter e tratar o *status quo*, as classes privilegiadas devem socorrer os despossuídos. E assim a filantropia mobiliza-se para combater a doença.” (ORNELLAS, 1997, p. 133).

Nesse contexto, começam a ser gestadas as ideias que, mais tarde, serviram de base para a luta contra a tuberculose. Inicialmente, um tema tratado sob o âmbito da sociedade civil e, somente depois, sob a forma de intervenção pública, na esteira do projeto higienista incorporado da Europa, onde inúmeros países já haviam fundado sanatórios. Com efeito:

As Ligas de Combate contra a Tuberculose são fundadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e, mais tarde, nos demais estados, sob a mística da Guerra Santa, da Cruzada, mística que contém uma ideologia não explícita: a compreensão de que havia a necessidade de atender, pelo menos no nível da sobrevivência, as classes proletárias para garantir que tudo permanecesse do mesmo modo, isto é, que o sistema de classes não fosse alterado. (ORNELLAS, 1997, p. 133)

Em geral, as Ligas foram lideradas por médicos, mas também contaram com a participação de membros de diferentes áreas da sociedade civil. Em comum, guardavam inúmeros objetivos e preocupações, dentre os quais se destaca: “educação sanitária da população; moradia salubre; alimentação suficiente; condições dignas de trabalho para o operariado; criação de sanatórios, preventórios e dispensários para a prevenção e tratamento dos tuberculosos pobres e seus filhos.” (ROSEMBERG, 2008, p. 43). Na sequência, ocorreram tentativas por parte do Estado de implantar, ainda na primeira década do século XX, medidas na luta contra a tuberculose. Contudo, a ação estatal ficou restrita à promulgação de medidas legais por meio de decretos sanitários (NASCIMENTO, 2005, p. 56).

A partir do diagnóstico da precária condição sanitária do Brasil e da situação de abandono das populações do interior do país por parte dos poderes públicos, ao longo da década de 1910 foi fomentado o entendimento em torno da necessidade de políticas sanitárias e de saúde pública como parte do processo de construção do Estado Nacional. A constatação de que o Brasil era um “imenso hospital”, colocou a agenda sanitária no centro do debate sobre a construção da nação brasileira, no qual a luta pelo saneamento ganhou uma impressionante força simbólica e a questão da saúde tornou-se um elemento

de integração nacional (CASTRO SANTOS, 1985; OLIVEIRA, 1990; LIMA; HOCHMAN, 2004; HOCHMAN, 2012).

Nesta seara, a campanha pelo saneamento do Brasil foi iniciada de forma não organizada em 1916 e ampliada a partir de 1918 com a criação da Liga Pró-Saneamento, estampando as páginas dos principais periódicos nacionais e ocupando a tribuna do Congresso Nacional, com impactos significativos para a sociedade, na qual a saúde se configurara numa questão central no debate político nacional (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 33). Houve um grande investimento discursivo feito na opinião pública, almejando o convencimento e o engajamento de intelectuais e políticos em torno da questão do saneamento, cuja resolução demandaria a consecução de ações nacionais centralizadas, ampliando o papel do Estado no campo da saúde pública (HOCHMAN, 2012, p. 69).

A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por meio do Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, reorganizou os serviços de saúde pública visando se tornar o órgão federal mais importante na área da saúde e “inaugurou uma nova etapa no desenvolvimento de políticas de saúde e saneamento no Brasil.” (HOCHMAN, 2012, p. 136). Com o caráter intervencionista estatal de cunho nacional, a criação do DNSP representou o “coroamento” do movimento sanitário, visto que sinalizava para a expansão e a centralização da gestão destas questões por parte da regulação estatal ao ampliar o papel do Estado nos processos sanitários, caracterizando-se por “uma investida centralizadora por parte da União, respeitando a perspectiva federalista da Constituição Brasileira”, uma vez que a ideia era de que o governo federal colaborasse com os estados no que diz respeito aos problemas de saúde, mediante apoio por estes solicitados (SILVA, 2018, p. 80).

No bojo da reforma sanitária brasileira, o Estado assumiu a questão da tuberculose mediante a criação de novos órgãos, subordinados ao DNSP, na tentativa de enfrentar os problemas de saúde diagnosticados como mais relevantes. Entre estes órgãos, encontrava-se a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose, criada em 1921. O Decreto 14.354, de 15 de setembro de 1920, que deu regulamento ao DNSP, previa:

Art. 540. O Departamento Nacional de Saude Publica executará no Districto Federal a prophylaxia da tuberculose, ficando affectos os respectivos serviços á respectiva Inspectoria.

Art. 541. Os Estados e municipios que desejarem realizar serviços similares poderão entrar em accôrdo com o Governo federal, nas bases do art. 9º, § 1º, do decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, e affectando a direcção technica e administrativa dos respectivos serviços ao Departamento Nacional de Saude Publica.

Art. 542. A Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose é encarregada da propaganda e applicação de todas as medidas provadas efficazes para combater a tuberculose e favorecer a cura dos infectados dessa doença. (BRASIL, 1920)

Apesar do âmbito restrito, com poder decisório circunscrito à Capital Federal, a criação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, indicava “o início da tomada de responsabilidade do Estado para com a questão da tuberculose” (NASCIMENTO, 2002, p. 73). Não obstante, a legislação previa que estados e municípios poderiam fazer acordos com o governo Federal para a instalação de serviços similares.

Em mensagem encaminhada em 03 de maio de 1921 ao Congresso Nacional, o presidente Epitácio Pessoa observou a atenção destinada pelo seu governo à profilaxia da tuberculose. Para Epitácio, a criação do DNSP fundava-se na necessidade reconhecida de ampliar os serviços sanitários na capital federal e sistematizar o combate às grandes endemias rurais, destacando as campanhas de sucesso empreendidas por Oswaldo Cruz contra a peste bubônica e a febre amarela. Porém, afirmava que outros problemas “de relevância nada inferior” reclamavam a atenção do governo e “exigiam providências imediatas.” Vejamos:

A profilaxia da tuberculose, por exemplo, permanecia em completo abandono, e prejuízos de toda a ordem espalhados, entre nós, por essa doença, não haviam conseguido ainda estimular a ação administrativa no sentido de salvaguardar, nesse terreno, os mais respeitáveis interesses nacionais. As dificuldades de ordem técnica e administrativa, as exigências financeiras do problema, desalentavam os mais decididos e protelavam indefinidamente a ação oficial. Entretanto, não era justo que, na impossibilidade de realizarmos quanto se havia de mister, cruzássemos os braços ante essa hecatombe de todos os dias, ocasionada pela terrível doença. A reforma da saúde procurou organizar uma profilaxia especial da tuberculose, baseada em todos os elementos possíveis de ação, principalmente no combate ao contágio, que constitui o fator preponderante da difusão da moléstia, e contra o qual se devem dirigir de preferência as medidas sanitárias. (PESSOA, 1921, p. 79)

Em seu discurso o presidente Epitácio Pessoa reconhece o completo abandono ao qual foi relegado o problema da tuberculose e, em certa medida, inaugura a assunção de responsabilidade por parte do Estado no enfrentamento a esta doença, ao demonstrar a necessidade e a urgência de medidas nesse sentido com a intenção de “salvaguardar os mais respeitáveis interesses nacionais.” Ou seja, a tuberculose apenas se torna objeto e prática de intervenção estatal a partir do momento em que, do ponto de vista econômico e social, a doença se torna um empecilho para a manutenção da ordem social vigente e, portanto, passa a exigir alguma ação a respeito.

Neste ponto a história da tuberculose no Brasil se encontra com a história da tuberculose na Paraíba. Pelo fato da criação do DNSP ter ocorrido na gestão de um paraibano na presidência, bem como a criação da IPT, e a ênfase dada em sua Mensagem Presidencial ao problema da tuberculose, o discurso de Epitácio Pessoa foi revestido de um caráter simbólico por jornalistas e pela classe médica paraibana que contribuiu para consubstanciar a imagem do oligarca como uma espécie de patrono da “cruzada” contra a tísica na Paraíba. Não raras vezes, os artigos publicados por jornalistas e médicos no jornal oficial do estado exaltavam a figura de Epitácio Pessoa e o seu papel no enfrentamento da peste branca, homenageando-o na nomenclatura do primeiro dispensário contra a tuberculose da Paraíba.<sup>4</sup>

#### *A saúde pública e o combate à evolução da tuberculose na Paraíba do Norte*

O médico José Teixeira de Vasconcelos, Diretor de Higiene do Estado, em relatório da Diretoria Geral de Higiene da Paraíba, datado de 18 de julho de 1921, dirigido ao presidente do Estado, Solon de Lucena, reclamava que não era bom o estado sanitário da Paraíba, descrevendo o quadro nosológico nessas paragens como nada lisonjeiro. De acordo com o facultativo, a população do estado era acometida por inúmeras moléstias de natureza diversa, especialmente, a febre tifóide e o impaludismo. Dentre as principais doenças que

---

<sup>4</sup> Pelo menos durante a Primeira República, nenhum outro serviço sanitário homenageou, no nome, uma liderança política. Os postos de saúde eram batizados em homenagem a figuras proeminentes do meio médico nacional: Oswaldo Cruz, Acácio Pires, Silva Araújo, Eduardo Rabello, Leitão da Cunha, etc. O cenário se altera com a Segunda República, onde teremos, por exemplo, a Colônia Getúlio Vargas e a Maternidade Cândida Vargas na cidade de João Pessoa.

elevavam os coeficientes de mortalidade, elencava as moléstias de primeira idade, a sífilis e doenças hereditárias, as verminoses, o impaludismo e a tuberculose.

Mas ao contrário das verminoses e do impaludismo que estavam sendo combatidas em virtude do contrato firmado entre o estado da Paraíba e o Governo Federal, conforme as designações do DNSP, pela Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, a luta contra tuberculose encontrava-se completamente desaparelhada. Nas palavras do Diretor de Higiene:

Para a peste branca, porém que é a maior dizimadora da humanidade, acha-se a higiene completamente desaparelhada para agir, precisando que o governo a habilite para poder iniciar a campanha contra tal terrível moléstia. Atualmente as providências tem se limitado a desinfecções dos prédios onde ocorreram casos de tuberculose, obrigando-se os proprietários a caiação e a pintura. (VASCONCELOS, 1921, f. 3)

Na Paraíba, apenas a partir de 1911 com o Decreto n. 494, de 8 de janeiro, se passou a incluir a tuberculose entre as doenças de notificação compulsória, juntamente com o tifo e a febre tifóide. O regulamento estabelecia que o isolamento era obrigatório para o caso de todas as doenças de notificação compulsória, dividindo-se entre isolamento nosocomial e domiciliário. A legislação também previa obrigatoriedade e gratuidade da desinfecção dos locais e objetos contaminados em todos os casos de moléstias infecto-contagiosas de notificação compulsória que fossem de conhecimento da autoridade sanitária, como a tuberculose. Invariavelmente, a execução da desinfecção deveria atingir sempre:

1. As roupas de cama e de vestir, servidas ou não, dos moradores do prédio, inclusive colchões, travesseiros, cobertores, chapéus, sapatos, etc.; 2. Os móveis, quadros, ornatos, cortinas, cortinados, tapetes, livros e mais objetos contidos no aposento; 3. O teto, quarto, paredes, portas, portais, janelas, guarnições, etc.; 4. Os pavimentos; 5. Os aparelhos sanitários; 6. Os quintais e mais dependências nele existentes. (PARAHYBA DO NORTE, 1912, p. 63)

Nenhum objeto que tivesse estado em contato com o tuberculoso poderia escapar à desinfecção. O bacilo estava impregnado em todos os recônditos. Com base no Decreto n. 494, percebe-se que havia um forte apelo ao caráter repressivo da polícia sanitária como medida disciplinadora para conter o avanço da tuberculose. O Regulamento Sanitário Estadual determinava que “Ninguém poderá eximir-se da desinfecção obrigatório nem embaraçar ou impedir sua execução, sob pena de multa de 100\$000 ou prisão poro oito

dias, devendo a autoridade sanitária recorrer à polícia no caso de necessidade.” (PARAÍBA DO NORTE, 1912, p. 63).

No entanto, a aplicação de tais medidas era bastante limitada. Na imprensa paraibana, surgiam artigos em tom de crítica, reclamando a falta de desinfetadores e equipamentos adequados para sua execução. Nesse sentido, o jornal *O Norte*, expressava que:

Essa importante repartição, um dos ramos administrativos de mais utilidade, quando pode agir prontamente, ressenete-se ainda da falta de uma boa turma de desinfetadores e de carroças apropriadas, para remoção de lixo dos quintais e arredores da cidade [...] O serviço geral de desinfecção de canos, sarjetas, aparelhos sanitários, *casas infeccionadas por moléstias contagiosas, como a tuberculose, febres etc.*, ainda é feito de modo muito rudimentar. Acontece ainda que a diretoria de higiene só tem um desinfetador, que, por maior atividade que desenvolva não pode dar conta de todo trabalho de desinfecções da cidade. Esse funcionário, aliás zeloso no cumprimento dos seus deveres, é pessimamente remunerado, vencendo mensalmente a ninharia de sessenta mil réis... (60\$000)! (O NORTE, 18 dez. 1912, grifos nossos)

O matutino arrematava ainda que a higiene pública da Paraíba precisasse deixar o campo das teorias “e de ser uma cousa decorativa, para ser de facto de real utilidade pública”. Segundo o jornal, o serviço de desinfecção carecia de funcionários, e o que existia, era muito mal remunerado, além de prescindir de aparelhos de desinfecção e carroças para a remoção de lixo. No que concerne à tuberculose, o jornal informa que a desinfecção ainda era feita de modo rudimentar, o que nos leva a considerar que a execução das desinfecções domiciliares, quando ocorria, era precária e limitada, dada a existência de um único funcionário para a sua consecução. Entre a letra do regulamento e a realidade das coisas, havia, portanto, uma grande distância.

Ao mesmo tempo, as cifras obituárias da tuberculose se elevavam a cada ano, levando ao reconhecimento da gravidade do problema por parte do Presidente do Estado. Nos Artigos de Análise à Mensagem de Governo encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado pelo presidente João Lopes Machado, em 1911, se reconhecia sombriamente que na cidade da Paraíba do Norte “Pagamos também o nosso pesado tributo, especialmente na capital, onde já é notável a parcela obituária da tuberculose”. A peste branca se tratava de um “verdadeiro problema de saúde pública, que urge ser encarado com firmeza, para que

uma barreira, o quanto antes, seja oposta ao seu progresso, que é assustador.” (PACHECO, 1911, p. 43).

O médico Newton Lacerda, responsável pelo Laboratório de Análises Clínicas da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural (CSPR), registrava que desde janeiro de 1922, quando se iniciaram os trabalhos dessa repartição, foram examinados 472 escarros, verificando-se que em 156 havia a presença do bacilo responsável pela fimatose (A UNIÃO, 22 jul. 1923, p. 1). Por seu turno, o médico demografista Manuel Azevedo Silva, chefe do Serviço de Estatística Demográfico-Sanitária mantido pela Diretoria Geral de Higiene do Estado da Paraíba, trouxe a lume um artigo sob o chocante título de “*A devastação da tuberculose pulmonar na Paraíba*”, que foi capa do jornal *A União*. Nele, o facultativo deu contornos mais nítidos à mortalidade causada pela tuberculose, denunciando que, a cada ano, aumentavam o número de óbitos pela tísica na cidade da Paraíba do Norte, tornando-se alarmante a situação dessa doença.

Ocupando desde 1909 o cargo de médico responsável pela demografia sanitária na cidade, ao Dr. Azevedo Silva cabia a organização do Boletim do Movimento Demográfico Sanitário da capital. Ao longo de 13 anos atuando como médico demografista, este facultativo pôde verificar a marcha ascendente de óbitos provocados pela tuberculose pulmonar, chamando a atenção das autoridades e da opinião pública para uma verdadeira “devastação” provocada pela doença.

#### QUADRO 1

Evolução de óbitos por tuberculose pulmonar em relação ao obituário geral

<b>Ano</b>	<b>Mortalidade geral</b>	<b>Óbitos por tuberculose pulmonar</b>
1909	632	83
1910	890	177
1911	776	91
1912	776	122
1913	1.031	100
1914	1.076	193
1915	890	145
1916	844	130
1917	854	130
1918	1.245	133
1919	1.158	167
1920	1.096	130
1921	1.178	127
1922	1.289	194
Total	13.732	1.922

Fonte: A UNIÃO, 07 ago. 1923, p. 2.

Entre 1909 e 1922, as mortes provocadas pela doença aumentaram de 83 para 194, resultando 1.922 óbitos ou 13% do total de moléstias infecciosas. No mesmo período, a população da capital paraibana mais que dobrou, saindo de 25 mil habitantes no ano de 1909 para mais de 53 mil, em 1923. Como se observa no quadro, embora houvesse anos em que o número óbitos caísse ou se mantivesse em estabilidade, há uma tendência de crescimento. A média de mortes por ano para tuberculose era de 147 óbitos e o número de mortes por mil habitantes correspondia a 15,2.

#### *A instalação e atuação do Dispensário Epitácio Pessoa*

Não foi por acaso que o jornal *A União* estampou em uma longa matéria de capa o artigo do médico demografista com os dados estatísticos da tuberculose. Ao denunciar a situação alarmante de óbitos provocados pela tuberculose, o artigo do médico também anunciava a futura criação do Dispensário contra a Tuberculose com o apoio do governo federal, que segundo os jornalistas e médicos que publicavam no periódico, seriam uma realização devida às benesses de Epitácio Pessoa e de Solon de Lucena.

As primeiras notícias referentes à construção de um serviço de profilaxia da tuberculose remontam a abril de 1923, quando o então deputado Oscar Soares comunicava em telegrama encaminhado a Solon de Lucena informava que a verba destinada pelo Serviço de Profilaxia Rural no montante de 500 contos de réis, teria a quantia de 100 contos “destinados a construir um pavilhão [para] tuberculosos, cujo número aí é alarmante.” (*A UNIÃO*, 21 abr. 1923, p. 1).

O novo chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, o entomologista Antônio Peryassú, chefe do laboratório de parasitologia do DNSP, era aguardado na capital paraibana. Caberia a ele alvitar as questões quanto à consecução da obra. Uma de suas primeiras ações na Paraíba foi a de dirigir-se à imprensa em uma palestra, comunicando o seu plano de ação com as medidas que pretendia implantar em prol de melhorar as condições de sanitárias da capital, em particular, e do estado todo. O jornal *A União* destacava desta sua “conferência” que o Dr. Peryassú iria empreender uma “tenaz propaganda higiênica contra a tuberculose” e que empregaria “todos os esforços para a

construção de um pequeno pavilhão isolados para os atacados daquela terrível moléstia.” (A UNIÃO, 05 maio 1923).

O processo de instalação do Dispensário Eptácio Pessoa englobou toda essa “tenaz propaganda” prometida pelo chefe da Comissão de Saneamento. Nos jornais, começaram a surgir cada vez mais artigos médicos sobre o problema da tuberculose, bem como notícias referentes às ações de saúde pública voltadas para a educação sanitária da população. Eram palestras sobre a tuberculose em fábricas, repartições públicas e cinemas:

**O serviço de profilaxia da tuberculose – Uma visita a Saboaria Paraibana**

O dr. Alfredo Monteiro, inspetor do Serviço de Profilaxia contra a Tuberculose, visitou, ontem, a Saboaria Paraibana em serviço de propaganda e inspeção, sendo gentilmente recebido pelo gerente e pelo técnico. O ilustre médico percorreu alguns departamentos do prédio em que funciona aquela fábrica, encontrando-os em todas as condições de higiene com regular cubagem de ar, asseio e conforto para os operários. Sob as ordens do técnico Mr. Kerr, reuniram-se numa das salas do prédio todos os operários, realizando então o dr. Alfredo Monteiro uma palestra educativa sobre a tuberculose, seu contágio e profilaxia. (A UNIÃO, 01 ago. 1923, p. 1)

O jornal ainda informava que os operários haviam se submetido voluntariamente ao exame diagnóstico, verificando-se que apenas um operário com tuberculose dentre os examinados, sem, contudo, informar quanto ao que se fez desse trabalhador acometido pelo bacilo de Koch. Destacamos que o médico Alfredo Monteiro se tornaria o diretor do Dispensário Eptácio Pessoa, mas nem mesmo este serviço tinha sido inaugurado e o facultativo já iniciava uma propaganda higiênica pela cidade, com o intuito explícito de se dirigir especialmente aos trabalhadores. Tratava-se de buscar instruir a mão de obra da cidade da Paraíba do Norte quanto aos meios de contágio e profilaxia da tuberculose, a fim de torná-la saudável e produtiva, corpos dóceis e aptos para o trabalho.

Dr. Alfredo Monteiro continuou sua campanha de educação sanitária ao longo daquele ano de 1923, visitando a Fábrica Amorim, além da União Beneficente de Operários e Trabalhadores. O jornal *A União* divulgava o esforço do presidente desta associação de reunir o maior número possível de operários para ouvir a conferência do médico do Serviço de Profilaxia da Tuberculose, tida como de sua importância. O conteúdo de sua exposição foi integralmente reproduzido pelo jornal. Durante a noite de 09 de setembro de 1923 na sede da associação situada à Avenida Beaurepaire Rohan, dirigindo-se aos trabalhadores que

faziam parte da União Beneficente, o Dr. Alfredo Monteiro expressava assim a pertinência da educação sanitária do doente tuberculoso:

O tuberculoso ignorante e rebelde às regras de profilaxia antituberculose constitui um sério perigo à saúde, por conseguinte à vida de seus semelhantes. Esse perigo, pode, porém, ser afastado com paciência e firmeza. Mesmo em uma aglomeração de tuberculosos expectorando bacilos, pode deixar de haver contágio, desde que as regras de higiênicas sejam cuidadosamente observadas. (A UNIÃO, 13 set. 1923, p. 2)

Com efeito, o modelo repressivo da polícia sanitária que obrigava a desinfecção sob pena de multa, que fora instituído pelo regulamento sanitário estadual, foi gradualmente substituído pelos métodos suasórios da educação sanitária na luta contra a tuberculose. Este era tido como mais sutil porque se constituía numa forma de controle que desobrigava a coerção forçada e instituída a persuasão como técnica de poder disciplinar, onde se “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer” (FOUCAULT, 2015, p. 133).

E operar como se quer, segundo o discurso higienista, era precisamente que as subjetividades dos operários e trabalhadores se adequassem a preceitos e medidas higiênicas atinentes ao asseio e a higiene corporal, que dizia respeito a hábitos como o de escarrar, cujo conteúdo da expectoração não poderia ser lançado no chão, mas sim numa escarradeira coletiva ou de algibeira; beber água somente em copo individual, pois copos de uso comum constituíam um meio de contágio da tuberculose. Em suma, com a educação sanitária começa a se difundir uma série de medidas para que, de um lado os doentes desenvolvessem hábitos para não disseminar a tísica para os sãos e que estes, por sua vez, interiorizassem os preceitos para evitar o contágio da tuberculose.

O diretor do Saneamento Rural se engajou pessoalmente na campanha de educação sanitária contra a tuberculose. Em novembro de 1923 às vésperas da inauguração do dispensário, Antônio Peryassú realizou uma conferência sanitária no Cinema Rio Branco. Dirigindo-se a numerosa platéia que enchia a sala de exibição, o médico falou sobre a tuberculose, seu contágio e as medidas preventivas contra sua propagação e enquanto se comunicava com o público “eram focalizadas na tela inúmeras figuras demonstrativas, ia o orador explicando a ação da terrível peste branca, seu avassalante domínio no seio da sociedade” (A UNIÃO, 18 nov. 1923, p. 2).

Todos os discursos médicos publicados no jornal *A União* convergiam em dois pontos: em primeiro lugar, informavam por meio de conselhos higiênicos quanto aos meios de se evitar a tuberculose ou de não propagar a doença; e, em segundo lugar, representava o coroamento do processo institucionalização da luta contra a tuberculose, inculcando tanto no público ouvinte das conferências e palestras, quanto de leitores do jornal, a importante tarefa de realizar a profilaxia da tuberculose, que seria realizada por esta instituição. Era necessário não somente educar a população quanto aos perigos da tuberculose, como informá-la do novo serviço sanitária que seria instalado:

[...] por isso que o Departamento Nacional de Saúde Pública organizou neste Estado a profilaxia da tuberculose, a mais terrível das moléstias infecto-contagiosas. Palestrando nas fábricas, nos lugares onde se reúnem os operários, os médicos ensinam-lhes por meio de preceitos de higiene a defesa contra as doenças transmissíveis. (A UNIÃO, 13 set. 1923, p. 2).

Assim, cumpria informar a população a finalidade do dispensário para que o Serviço de Profilaxia da Tuberculose servisse de forma mais adequada à tarefa para qual fora instalado. Percebe-se também que houve certo engajamento e alguma mobilização dos médicos, bem como forte atuação da imprensa no sentido de sensibilizar a opinião pública para o problema da tuberculose, com o intuito de exercer algum grau de coerção sobre aqueles doentes que desrespeitavam as regras higiênicas. Alfredo Monteiro defendia que a importância do dispensário estava na sua acessibilidade, pois estava:

[...] ao alcance de todos; o doente procura-o voluntariamente com a certeza de nele encontrar auxílio e proteção. Se chegar tarde para si mesmo pode conduzir sua família, que a moléstia talvez não tenha ainda contaminado, e para a qual o dispensário organizará uma defesa contra o contágio. (A UNIÃO, 24 jul. 1923, p. 2)

Desta feita, a inauguração do Dispensário Epitácio Pessoa foi anunciada através da divulgação do telegrama transmitido na íntegra para o jornal *A União* por meio da Agência Americana, que o médico Manuel J. Cavalcanti Albuquerque, o novo chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, expediu para Epitácio Pessoa, comunicando ao líder político sobre a inauguração do dispensário contra a tuberculose que recebera a denominação patronímica em homenagem ao “egrégio” paraibano:

Tenho a honra [de] comunicar-lhe que [o] nome de vossa excelência foi dado [ao] Dispensário [de] Tuberculose hoje inaugurado nesta capital,

como sincera homenagem ao ilustre paraibano criador do Departamento Nacional de Saúde Pública. Saudações. M. J. Cavalcanti Albuquerque.

Em resposta, o Dr. Cavalcanti Albuquerque recebeu o seguinte telegrama de “s. exc.”, o senador Epitácio Pessoa: “Rio, 7-12-923 – Congratulações [pela] inauguração [do] Dispensário [de] Tuberculose assinalando [o] benefício prestado [à] Paraíba; muito grato pela lembrança [em] dar-lhe meu nome. Saudações. Epitácio Pessoa.”

**FIGURA 1**  
Dispensário de Tuberculose “Epitácio Pessoa”



Fonte: ERA NOVA, 01 jun. 1924.

O prédio onde funcionava o Dispensário Epitácio Pessoa está localizado atualmente na Rua das Trincheiras, no Bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa. Naquele edifício encontrava-se um consultório médico para o exame clínico do aparelho respiratório, sala para anamnese, sala de espera, outra para a enfermeira-chefe, arquivo, toailete para enfermeiras, etc. A revista *Era Nova* informava de que se tratava de um prédio higiênico, dispondo de amplas acomodações e arejado. Para os articulistas desse periódico, o Dispensário Epitácio Pessoa resumia “a preocupação máxima da educação do tuberculoso e das pessoas que o cercam”, uma vez que a tuberculose era considerada:

[...] um dos maiores inimigos do homem, não só pela sua larga difusão na espécie humana, mas também pelo seu prognóstico sombrio, pelo horror com que a sociedade encara o tuberculoso, em princípio clinicamente curável, no entanto sempre evitado como portador de um mal incurável. (ERA NOVA, 01 jun. 1924, s./p.)

Apesar disso, o artigo da revista registrava que muitas curas poderiam ocorrer espontaneamente pelo organismo, como demonstravam autópsias em pessoas não suspeitas de serem tuberculosas, revelando a existência de cicatrizes pulmonares de tal natureza, sem, no entanto, oferecer vãs esperanças aos leitores posto ser o diagnóstico muito reservado e a “cura” inicial do doente ser uma cura “mais ou menos relativa”. Por isso, a medida terapêutica não bastava na luta contra a tuberculose, para tanto os meios profiláticos seriam indispensáveis como, por exemplo:

A conferência, ilustrada com projeções luminosas, é sempre uma lição médica de grande valor. O tuberculoso nela aprende os cuidados higiênicos a empregar a fim de que não aumente a sua moléstia, nem se propague o seu mal por contágio direto ou não, pelo escarro, pelos objetos de uso, às pessoas que o circundam. (ERA NOVA, 01 jun. 1924, s./p.)

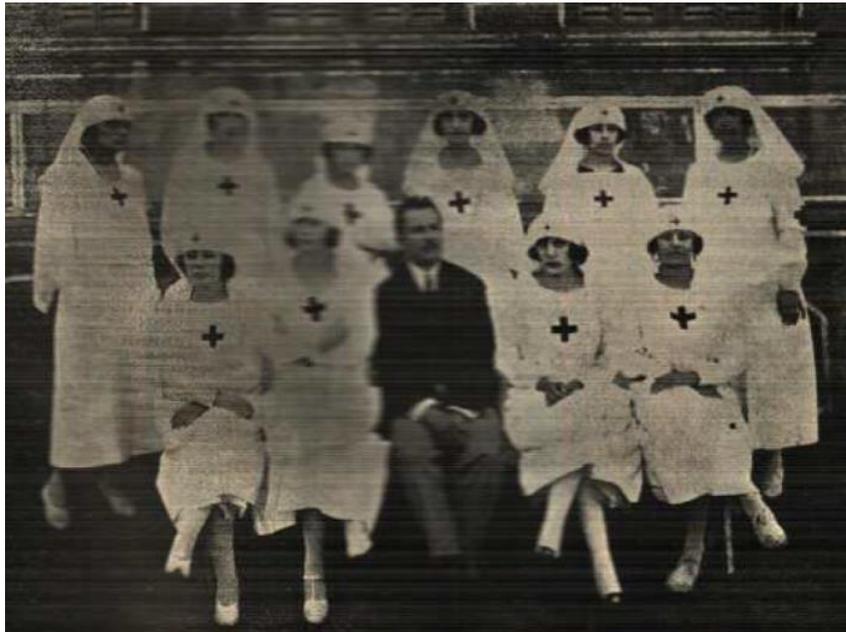
O doente que procurava pela primeira vez o dispensário era submetido a um interrogatório feito pela enfermeira responsável pela anamnese clínica. De posse da ficha clínica, o tuberculoso era encaminhado para a enfermeira do consultório. Era-lhe tomada a temperatura, em seguida o enfermo era pesado, sendo-lhe também medida a altura. Num pequeno laboratório existente no próprio dispensário era realizado o exame bacteriológico do escarro, enquanto outros exames especiais eram realizados no Laboratório Central, na sede da Repartição de Higiene. As chapas usadas para o exame do escarro eram distribuídas pela enfermeira encarregada da sala de espera, depositadas em lugar determinado no dispensário e, posteriormente, desinfetadas.

O corpo de enfermeiras era dividido em duas classes sob a direção da enfermeira-chefe: havia a classe das enfermeiras do serviço interno, que atuavam apenas nas dependências do dispensário e se constituía por duas enfermeiras de consultório, uma enfermeira responsável pela anamnese e outra microscopista e a classe das enfermeiras visitadoras, que cuidavam do doente em seu próprio domicílio, promoviam a desinfecção da casa, administrando “todas as instruções de higiene e profilaxia”. O uniforme destas profissionais era branco. Elas deveriam zelar pelo cuidado de resguardar o cabelo com uma

touca branca com uma cruz dupla, a Cruz de Lorena, símbolo da luta contra a tuberculose, e um véu (ERA NOVA, 01 jun. 1924).

**FIGURA 2**

Enfermeiras dos serviços sanitários e o Dr. Manuel J. Tavares Cavalcanti ao centro



Fonte: ERA NOVA, 01 jun.1924, s./p.

Desse modo, o dispensário, “além de sua função médico-social, era um foco irradiador de propaganda. Não tanto pela eficácia da educação higiênica por ele prestada, mas pelo fato de chamar atenção para a doença a partir de suas atividades próprias” (NASCIMENTO, 2002, p. 63). O foco principal de atuação do dispensário era o de profilaxia da tuberculose, mas também atuava no tratamento da enfermidade.

Na documentação compulsada, verificamos o registro da atuação do Dispensário Epitácio Pessoa até 1933. No ano seguinte foi inaugurado um dispensário, em endereço próximo, com novas instalações e uma sensível ampliação dos serviços prestados. Por exemplo, não verificamos em nenhum documento a menção ou referência à realização de cirurgias no Dispensário Epitácio Pessoa, a exemplo do pneumotórax, como ocorria no Dispensário Ramiro Azevedo, em Salvador (SILVA, 2018, p. 89-90).

**QUADRO 2**

Movimento do Dispensário Epitácio Pessoa em 1933 (Janeiro à Dezembro)

<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total
<b>PROFILAXIA</b>													
Doentes	11	34	26	39	56	58	59	-	-	-	64	33	380
Pessoas atendidas pela primeira vez	11	34	26	39	56	58	59	-	-	-	64	33	380
Consultas:													
A doentes (no posto)	126	122	165	160	210	262	360	-	-	-	200	239	1.844
Medicações													
Tuberculose.....	36	47	90	82	133	154	162	-	-	-	140	89	933
Outras injeções.....	90	75	75	78	77	108	198	-	-	-	60	150	911
<b>TOTAL</b>	126	122	165	160	210	262	360	-	-	-	200	239	1.844

Fonte: Anuário Estatístico da Paraíba (1933)

Diante do quadro, percebemos que a atuação do Dispensário Epitácio Pessoa se resumia majoritariamente à propaganda e educação sanitária, bem como a realização de consultas e a dispensação de medicamentos. Ao longo do ano de 1933 foram atendidos 380 doentes e se registrou um total de 933 medicações para tuberculose aplicadas. Percebemos uma significativa diminuição em relação ao que se verifica ao longo dos anos de 1926, 1927 e 1929, quando foram executados, respectivamente, 4.318, 3.239 e 3.583 trabalhos, isto é, medicações aplicadas contra a tuberculose. Também notamos a redução em mais da metade de doentes atendidos. O último dado que temos registro data de 1927, quando 869 pessoas foram matriculadas no Dispensário Epitácio Pessoa (SUASSUNA, 1928, p. 53; A UNIÃO, 21 jan. 1930, p. 2; BOLETIM, 1927, p. 1). Em síntese, vemos que houve uma diminuição dos serviços realizados pelo Dispensário Epitácio Pessoa após uma década de funcionamento, muito provavelmente em decorrência da organização de outro dispensário contra a tuberculose que o substituiria. Curiosamente, o serviço se encerrou quando o poder de influência do político que recebeu a homenagem patronímica também estava em declínio

*Considerações finais*

Mediante a documentação compulsada, pudemos verificar o jogo de interesses e as relações de poder político e sanitário que estavam envolvidos na instalação do Dispensário Epitácio Pessoa. A orientação científica para a consecução de serviços dessa natureza exigida pelo DNSP ganhou os contornos da política oligárquica na Paraíba e foi usado como instrumento de um teatro político para a monumentalização do poder do grupo epitacista (LE GOFF, 1994). Em relação aos serviços prestados, o Dispensário contra a Tuberculose estava concentrado nos esforços da educação sanitária dos doentes, especialmente com a atuação das enfermeiras visitadoras. A prática terapêutica, no entanto, era bastante limitada. No entanto, é importante esclarecer que “a função do dispensário se relacionava, principalmente, à tarefa de descobrir a doença e ofertar o tratamento disponível no momento” (GILL, 2007, p. 168). Nesse sentido, o Serviço de Profilaxia da Tuberculose se prestou às atividades a que era destinado ao se empenhar na educação sanitária dos tuberculosos e de suas famílias, ressaltando-se o caráter disciplinador dos dispositivos de poder por meios persuasivos que eram empregados pelas enfermeiras nas visitas e pelos médicos em suas palestras.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. João Pessoa: A União, 1986.
- ARAÚJO, Rafael Nóbrega. *O terrível flagelo da humanidade: discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921-1940)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2021.
- ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História). UFPE. Recife, 2016.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- BOLETIM dos trabalhos. DNSP. *Serviço de Saneamento Rural no Estado da Paraíba*. Paraíba do Norte, Dezembro, 1927.
- BRASIL. Decreto n. 14.354, de 15 de setembro de 1920. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LIX, 32 da República, n. 215, 16 set. 1920.
- CASTRO-SANTOS, Luiz Antônio de. “O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.193-210, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 41 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e política de saúde em Pelotas/RS, 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

GURJÃO, Eliete Queiroz. *Morte e vida das oligarquias. Paraíba (1889-1945)*. 2 ed. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar em perspectiva histórica: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 11-27.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Nísia Trindade. HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 23-40.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. "Pouca Saúde e muita Saúva": sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 493-533.

PACHECO, Rômulo. Saúde Pública. In: *Artigos de Análise à Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Sr. Dr. João Lopes Machado em 1ª de setembro de 1911*. Parahyba do Norte: A União, 1911.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Fundação Ataulpho de Paiva: Liga Brasileira Contra a Tuberculose: um século de luta*. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; SOARES JUNIOR, A. S. "Pés sem bichos, tripas sem vermes": histórias das práticas educativas da saúde na Paraíba na primeira metade do século XX. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela. (Org.). *História Cultural: reflexões contemporâneas*. 1 ed. São Paulo: Verona, 2020, v. 1, p. 8-33.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORNELLAS, Cleuza Panisset. *Paciente Excluído: história e crítica das práticas médicas de confinamento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

Dossiê

PARAHYBA DO NORTE. *Coleção dos Atos dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado da Paraíba em 1911*. Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1912.

PESSOA, Epitácio. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 1ª Sessão da 11ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo (1889-1930). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROSEMBERG, Ana Margarida Furtado Arruda. *Guerra à peste branca: Clemente Ferreira e a Liga Paulista contra a tuberculose 1899-1947*. 2008. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social). PUC-SP, São Paulo, 2008.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. O Dispensário Ramiro de Azevedo e a constituição de políticas de enfrentamento da tuberculose na Bahia na década de 1920. In: \_\_\_\_\_. BATISTA, Ricardo. *História e saúde: políticas, assistência, doenças e instituições na Bahia*. Salvador: Eduneb, 2018, p. 69-102.

SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba*. Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1928.

VASCONCELOS, José Teixeira de. *Relatório da Diretoria Geral de Higiene do Estado*. 18 de julho de 1921.